



Anais da Assembléia

Nº 20

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 21 DE MARÇO DE 1996

ANO XLIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB - 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kleise - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; PP - 10: Albanor J. F. Gomes - Dullio Genari - Irondí Pegliesi - Geraldo Antônio Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; PDT - 10: Algaci Tulio - Antonio Bellinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trantim; PTB - 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; PFL - 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; PT - 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florivaldo Fier (Dr. Rosinha) - Pércies H. Mello - Angelo Vanhoni; PSDB - 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; PPR - 02: João T. Filho - César A. Seleme; PSC - 01: Jocelito Canto.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 13.^a LEGISLATURA
ATA DA 14.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 1996

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Edno Guimarães e Nelson Garcia.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Duílio Genari, Edno Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Eljo Rusch, Emerson Nerone, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Neivo Beraldin, Durval Amaral e Irineu Colombo (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 675

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.^o do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.^a discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N.^o 663

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário retirada por dez sessões, do item 05, 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 405/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, constante da Ordem do Dia da presente sessão (21/03).

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N.^o 676

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 01 (uma) sessão, do Projeto de Resolução n.^o 024/95.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO N.^o 653

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Vicente Frare, ocorrido em Curitiba.

O Sr. Vicente, com seu passamento, deixa não somente seus parentes enlutados, mas também todos aqueles que de uma forma ou de outra tiveram o prazer de passar alguns momentos junto com sua pessoa.

Requer ainda, que a decisão desta Casa seja dada ciência à família enlutada, à Av. Visconde de Guarapuava, 1401, apto. 4277, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N.^o 656

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento ocorrido em 19.11.95 da Senhora Mari Nece dos Santos.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-la.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Senador Carneiro Leão, 240, Olarias, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 652

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento ocorrido em 18.11.95 do Senhor Emidio Domingos Machado.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Senador Nereu Ramos, 41, Pq. Dom Pedro II, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 661

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento ocorrido em 22.11.95 da Senhora Maria do Carmo Bueno.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-la.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Dario Velozo, 42, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 662

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento ocorrido em 27.11.95 do Senhor Juvencio Rosa de Lima.

Pessoa de muitas amizades, ajudava muito a sociedade de Ponta Grossa, deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à Rua Rio Grande do Norte, 83, Madureira, Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 664

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, após ouvido o douto Plenário, respeitosa-mente REQUER, envio de votos de pesar pela

morte do Senhor Paulo Ferraz Furquin, na Cidade de Congoinhas, e que seja comunicado à família.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 650

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações pela realização da 35ª Convenção Distrital do Lions Clube Internacional - Distrito L6, a ser realizada em Ponta Grossa.

Nesta Convenção ocorrerão importantes reuniões plenárias, e ainda será eleito, na ocasião, o Governador do Distrito L6. Como encerramento ocorrerá um grandioso desfile leonístico.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Lions Clube de Ponta Grossa, em nome do organizador da Convenção, Sr. João Carlos Glabinski, sito à Rua Pe. J. Lux, 575, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 654

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao I Congresso Brasileiro de Plantio Direto.

A cidade de Ponta Grossa, será sede do I Congresso Brasileiro de Plantio Direto para uma Agricultura Sustentável.

Estarão presentes várias autoridades, entre elas, o governador Jaime Lerner e o Ministro da Agricultura, Senador José Eduardo de Andrade Vieira.

Estão sendo esperados mais de 1000 congressistas do Brasil e exterior.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência ao IAPAR.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 655

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao Jornal Diário da Manhã, pela comemoração de seus 9 anos de fundação.

O Jornal Diário da Manhã, vem ao longo de nove anos; lutando e somando conquistas, sempre com o objetivo de informar a comunidade regional de forma clara e imparcial.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência aos proprietários do Diário da Manhã, ao Diretor Adail Inglês;

Gerente Comercial, Floriano Maichaki, Chefe da Redação, Neomil Macedo, demais jornalistas e funcionários, sito à Av. Balduino Taques, 890, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, 21.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 657

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinegrafistas do Paraná. ARFOC, alusivos às comemorações dos 30 anos de Fundação desta Associação, a serem realizadas no próximo dia 30 de março do corrente.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente daquela Associação, Senhor Irany Carlos Magno, através de correspondência a ser encaminhada à Rua José Loureiro, n° 211, 2° andar nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.03.95.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 670

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações aos familiares do Senhor TARSO MARQUES, alusivos à sua entrada no Círculo da Fórmula 1, como mais novo piloto paranaense desta categoria de competição.

Requer ainda que do presente, se dê ciência aos familiares do homenageado, através da Coordenadoria de Cerimonial desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 671

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos anais da Sessão de hoje, Voto de Congratulações à Federação das Associações Comerciais, Industriais e Agropecuárias do Paraná, alusivos à inauguração de sua nova sede, a realizar-se na data de hoje.

Requer ainda que do presente, se dê ciência ao Presidente da referida federação, Senhor Farage Kouri, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Marechal Deodoro, n° 869, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 647

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Jaime Lerner, no sentido de que sejam tomadas providências para ajudar o Município de Santa Cecília do Pavão, no trabalho de reconstrução de grande parte do centro da cidade que foi destruído por um incêndio.

Este incêndio já ocorreu há bastante tempo e desde então toda comunidade liderada pela Prefeitura Municipal, vem promovendo um penoso trabalho de reconstrução como também de ajuda às vítimas, que são pessoas sem posse.

Entretanto, o trabalho é difícil e sem a ajuda do Governo do Estado, torna-se impossível dar continuidade às obras.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) EDUARDO LACERDA TREVISAN

REQUERIMENTO N° 649

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento, solicitando agilidade na implantação da vara de execuções penais em Ponta Grossa.

Com a implantação da referida vara de execuções a solução de um grave problema no sistema judiciário de Ponta Grossa, que sofre com a falta de uma vara de execuções penais, para maior rapidez na conclusão dos processos, poderá ser resolvido.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 651

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Presidente da SANEPAR, Senhor Carlos Afonso Teixeira de Freitas, solicitando a instalação dos hidrantes no Município de Ponta Grossa.

A referida instalação de hidrantes, é necessária devido ao fato de que existem 91 hidrantes na cidade e 32 estão entupidos ou soterrados, assim não funcionando.

A situação impossibilita o controle de grandes incêndios, apesar do Corpo de Bombeiros ser o mais equipado do interior do Estado.

A mudança no sistema de hidrantes torna as condições de investimento do município, mais atrativa, pois o Corpo de Bombeiros deve solicitar a reclassificação de

Ponta Grossa perante o Instituto de Resseguros do Brasil IRB.

A passagem do nível 2 para 1, reflete na diminuição do valor que a seguradora cobra da empresa pelo seguro incêndio.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 672

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário de Estado da Educação, solicitando as seguintes informações:

1. Informar se houve ou não contratação da empresa para ministrar cursos e/ou seminários para professores na Universidade do Professor, em Faxinal do Céu, ou em qualquer outras localidades;

2. Em caso afirmativo, informar se tal contratação foi objeto de licitação;

3. Caso tenha havido licitação, anexar cópia do edital, das propostas apresentadas pelos licitantes e da decisão da comissão julgadora da licitação;

4. Caso tenha havido dispensa da licitação, apresentar a justificativa escrita, com citação dos dispositivos legais em que se embasou a decisão;

5. Apresentar cópia do contrato celebrado com a empresa e seus anexos, cópia do programa, contendo cronogramas, relação dos profissionais envolvidos e outros documentos relacionados ao contrato.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) PÉRICLES MELLO

JUSTIFICATIVA:

As informações solicitadas servirão para subsidiar estudos sobre a educação no Paraná e a Universidade do Professor.

REQUERIMENTO N° 674

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça encaminhar ao Senhor Secretário da Receita Federal, em Brasília, o presente expediente, no qual esta Casa hipoteca apoio ao apelo formulado pelo Senhor Secretário de Estado da Agricultura do Paraná, Deputado Hermas Brandão, ao Secretário da Receita Federal, no sentido de ser revista a listagem do Valor da Terra Nua Mínimo (VINM), antes da emissão das guias de cobrança, já que existem sérias distorções de valores na grande maioria dos municípios paranaenses.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) BASÍLIO ZANUSO

JUSTIFICATIVA:

Através da Instrução Normativa n° 59, de 19 de dezembro de 1995, o Secretário da Receita Federal aprovou para o lançamento

do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, do exercício de 1995, a tabela que fixa o Valor da Terra Nua Mínimo - VINM, por hectare.

No que diz respeito ao Estado do Paraná, referida tabela merece censura e em virtude de denúncias formuladas pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná, a Secretaria da Agricultura procedeu minucioso exame da tabela de valores, encontrando sérias distorções, tanto no tocante a valores exageradamente elevados em inúmeros municípios, como em diferenças gritantes entre os municípios contíguos, com o mesmo tipo de solo, topografia, etc...

Em função disso a Secretaria da Agricultura fez um apelo ao Secretário da Receita Federal para determinar a completa revisão da listagem do VINM e para que seja sustado o lançamento do imposto até que sejam corrigidas as graves distorções existentes.

REQUERIMENTO N° 658

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Assembléia o discurso proferido pelo Ministro da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária, Excelentíssimo Senhor José Eduardo de Andrade Vieira, durante a cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Zoneamento Agrícola, realizada no último dia 19 de março do corrente, nesta Capital.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Senhor Ministro, através de correspondência a ser encaminhada àquele Ministério, em Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO N° 659

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja registrado nos Anais desta Assembléia o discurso proferido pelo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Excelentíssimo Senhor Hermas Brandão, durante a cerimônia de lançamento do Programa Nacional de Zoneamento Agrícola, realizada no último dia 19 de março do corrente, nesta Capital.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Senhor Secretário, através de correspondência a ser encaminhada àquele Secretaria, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 074/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná autorizado por esta Casa de Leis, a conceder às pessoas carentes de recurso econômico, depois de comprovado junto ao órgão competente, subsídios em sua conta de luz. E ainda, redução ICMS sobre as contas que consomem até 200/KW"/MÊS.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação, Senhor Presidente e nobres Deputados desta Casa de Leis, visa unicamente beneficiar aquelas pessoas com ganhos, salários que mal dá para seu sustento e de seus familiares. E entendo que o Exmo. Sr. Governador do Estado, na qualidade de mandatário maior da Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, ser viável tal proposição, fica ele autorizado em determinar que seja embutido nas contas destas pessoas subsídios até a porcentagem possível e isenção no ICMS, para que referidas contas de luz sejam diminuídas, desde que não ocasione prejuízo de grande monta à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL.

Tal proposição, Excelência, ora apresentada por nós, é por conhecermos o alto espírito cristão dos nobres pares desta Casa de Lei, bem como do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, que acima de qualquer coisa sempre colocou e coloca a preocupação do social com as famílias menos favorecidas em nosso Estado.

E assim sendo, por esta razão e por outras mais sobejamente conhecidas por Vossas Excelências, é que apresentamos o presente projeto de lei, contando com a aprovação unânime, pelos nobres pares.

PROJETO DE LEI N° 075/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, o Centro Educacional Renascer, de Londrina.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) ANTONIO BELENATI

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de entidade criada sem fins

lucrativos, que mantêm um dos mais importantes trabalhos de atendimento às crianças, adolescentes e adultos que apresentam problemas emocionais, psicomotores e distúrbios de aprendizagem.

É impressionante a atuação desse Centro às crianças enviadas pelo Conselho tutelar, Escolas Estaduais e do Posto de Saúde Mental de Cambé.

Há que se louvar o trabalho com crianças portadoras da Síndrome de Down, para que elas sejam alfabetizadas, facilitando sua integração com a sociedade.

Crianças com lesões pequenas são igualmente beneficiadas com o carinho, atenção e amor dos dirigentes e funcionários do Centro Educacional Renascer.

Trata-se de uma das mais importantes obras do gênero em todo o país, que tem destacada ação em inúmeras áreas, dentre elas do ensino, da prevenção de drogas, na orientação às famílias, inclusive no campo psicológico. Esse trabalho se completa com a preparação cultural.

PROJETO DE LEI N° 076/96
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o incentivo fiscal para as pessoas jurídicas domiciliadas no Estado que na qualidade de empregador possuam pelo menos 30% (trinta por cento) de seus empregados com idade superior a 40 (quarenta) anos.

§ 1° - O incentivo fiscal de que trata esta lei corresponderá ao recebimento, por parte da pessoa jurídica que cumprir a exigência referida no "caput" deste artigo, de certificados expedidos pelo Poder Público, correspondentes ao valor do incentivo, na forma a ser fixada em decreto do Poder Executivo.

§ 2° - Os portadores dos certificados poderão utilizá-los para pagamento dos seguintes impostos:

1 - sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, previsto no artigo 155, II, da Constituição Federal; e

2 - sobre propriedade de veículos automotores, até o limite de 15% (quinze por cento) do valor devido, a cada incidência, que poderá ser ampliado, de forma progressiva, segundo o número e a idade dos empregados, conforme for estabelecido pelo Poder Executivo.

§ 3° - Anualmente, a Assembléia Legislativa fixará o montante global a ser utilizado como incentivo, respeitados os limites, mínimos e máximos, de 1% (um por cento) e 5% (cinco por cento), respectivamente, da receita proveniente daqueles

tributos.

§ 4º - Os benefícios de que trata esta lei deverão ser previstos na elaboração do projeto de lei orçamentária.

Art. 2º - O direito ao benefício de que trata esta lei depende de prévia inscrição junto à Secretaria do Trabalho e do Emprego, que manterá um cadastro atualizado dos inscritos, com informações por eles prestadas, acompanhadas dos devidos documentos comprobatórios.

Art. 3º - O Poder Executivo fixará o limite máximo do incentivo a ser concedido, em cada exercício financeiro, por beneficiário.

Art. 4º - Os certificados de que trata o § 1º desta lei terão prazo de validade, para sua utilização de 01 (um) ano, a contar de sua expedição, com os seus valores corrigidos pelos mesmos índices aplicáveis na correção do tributo.

Art. 5º - O representante do Estado junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, proporá e defenderá a extensão do incentivo de que trata esta lei no que concerne aos contribuintes de ICMS.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O mercado de trabalho costuma ser ingrato com aqueles que se encontram entre a juventude e a meia idade. Aos 40 anos a pessoa não tem mais o vigor da juventude - alcançado entre os 20 e 30 anos - mas certamente está ainda muito longe da terceira idade. Do ponto de vista produtivo, está no auge, sem dúvida.

mulada ao longo dos anos, numa média de pelo menos duas décadas de trabalho. Boa parte na mesma função. E têm o bem mais precioso, que é a experiência de vida.

Estas pessoas, a partir dos 40 anos, se por ventura perdem o emprego estão fadadas a ter sérias dificuldades para encontrar outro com todos os direitos trabalhistas assegurados. Boa parte acaba por engrossar as fileiras da economia informal onde a instabilidade é o risco maior, com prejuízos para a sua qualidade de vida e dos seus. Entre a população de baixa renda, cuja qualificação na maioria das vezes não existe - a pessoa não tem estudos ou uma profissão definida - a situação torna-

-se ainda mais grave. A perda do emprego depois dos 40 anos vai resultar numa tragédia para a família, comprometendo educação dos filhos e muitos problemas na velhice.

É com o pensamento nestas questões que decidimos elaborar este projeto-de-lei autorizando o Poder Executivo do Paraná a instituir incentivo fiscal para as pessoas jurídicas que possuam empregados com mais de 40 anos. A idéia é incentivar, estimular as empresas a manterem pelo menos 30% dos seus empregados com idade superior a 40 (quarenta) anos. O valor do incentivo será fixado em decreto do Executivo, a quem cabe a competência. No Legislativo, temos o dever de nos preocupar com essa faixa da população extremamente produtiva e economicamente ativa, se lhe for permitido acesso ao mercado de trabalho. Nosso dever é garantir, de forma Constitucional, que aqueles com mais de 40 anos sejam valorizados e tenham emprego, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Estado e justiça social, numa visão mais abrangente. Por isso peço aos nobres parlamentares desta Casa que aprovem o projeto em pauta.

PROJETO DE LEI N° 077/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Jardim Santa Rita, com sede e foro na Cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

PROJETO DE LEI N° 078/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Academia de Ciências Contábeis do Paraná, com sede e foro no Município de Curitiba - PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Academia de Ciências Contábeis do Paraná, tem por objetivo principal estimular a cultura no campo científico da contabilidade, participando de forma ativa através de seus acadêmicos da formação de cursos de contabilidade a nível médio e a

nível superior, prestando desta forma serviços culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade técnica dos contadores do Estado do Paraná.

Em face ao acima exposto, solicitamos o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública por esta Casa de Leis

PROJETO DE LEI N° 079/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Paróquia do Bom Jesus dos Perdões, com sede e foro no Município de Curitiba - PR.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Amigos da Paróquia do Bom Jesus dos Perdões, desde a sua fundação tem sido muitas as atividades da Associação, tendo em conta que são diversificadas as atribuições que cabem aos seus diversos órgãos da estrutura administrativa. A Associação, na forma que dispõe seu estatuto tem por objetivo, preservar, conservar e manter a memória histórica e artística, a tradição e o patrimônio pertencente à Igreja do Bom Jesus, localizada à Praça Rio Barbosa.

As atividades envolvidas visam manter na parte em que cabe, auxílio aos freis e religiosos nos eventos de caráter religioso e todo um trabalho de pleno e efetivo atendimento a comunidade mais carente, uma tradição do Convento e da Ordem Franciscana, que antecede a Associação, pois remonta quase um século.

O comprovado atendimento diário prestado pela Igreja, quer quanto ao pagamento de remédios, de passagens, e distribuição de roupas e alimentação, por exemplo, a secular distribuição de pães, todas as terças-feiras, aos pobres e necessitados, vêm encontrar na Associação toda a estrutura administrativa que necessita para desenvolver tão nobre trabalho.

Por estas e várias outras atividades desenvolvidas, de tão nobre valor social, solicitamos o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 080/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Recanto da Criança feliz, com sede e foro no Município de São

João do Ivaí - PR.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Associação Recanto da Criança Feliz, atua voluntariamente com a finalidade de atender as crianças e adolescentes carentes, abandonados, necessitados ou em situação de risco pessoal e social, promovendo-as socialmente, auxiliando-as a se integrarem na sociedade, em conjunto com os demais órgãos governamentais e não governamentais.

Em suma, este trabalho reveste-se de imensa importância social, tendo em vista a atenção dedicada à comunidade atendida e a contribuição com o soerguimento da sociedade.

Por estas e várias outras atividades desenvolvidas, de tão nobre valor social, solicitamos seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 081/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Espírita Amor e Caridade, com sede no Município de Lidianópolis - PR, e foro no Município de Ivaiporã - PR.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Espírita Amor e Caridade, desde a sua fundação tem sido muitas as atividades da Associação. É uma entidade de caráter filantrópico, que tem por finalidade a assistência às comunidades carentes e a divulgação da doutrina espírita.

Em suma, este trabalho reveste-se de imensa importância social, tendo em vista a atenção dedicada à comunidade atendida e a contribuição com o soerguimento da sociedade.

Por estas e várias outras atividades desenvolvidas, de tão nobre valor social, solicitamos o seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública por esta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 082/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 11.221 de 11 de dezembro de 1995, que criou o Município de Campo Magro, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica criado o Município de Campo Magro, com o território desmembrado do Município de Almirante Tamandaré, com sede na localidade de mesmo nome e os seguintes limites e confrontações:

1. Com o Município de Itaperuçu

Inicia na foz do rio Ouro Fino no rio Capivara, sobe por este até a sua foz do rio Betara, sobe por este até a foz do rio Pocinho, sobe por este até encontrar a estrada Capivara dos Ferreiras, segue por esta na direção geral Sudeste até encontrar o rio Capivara.

2. Com o Município de Almirante Tamandaré

Inicia no encontro do rio Capivara com a estrada Capivara dos Ferreiras, segue por esta na direção geral Sudeste até encontrar a estrada Santa Rita, segue por esta até encontrar a estrada Campo Novo, segue por esta até encontrar o rio Juruqui, desce por este até sua foz no rio Passaúna.

3. Com o Município de Curitiba

Inicia na foz do rio Juruqui no rio Passaúna, desce por este até a foz do rio Cachoeira

4. Com o Município de Campo Largo

Inicia no rio Passaúna na foz do rio Cachoeira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Noroeste até encontrar o Açude dos Limas no rio Verde, deste ponto segue na direção geral Noroeste pelo caminho do Javacaenzinho, cruzando a PR-090 até encontrar a cabeceira do córrego Fria, desce por este até a sua foz no rio Ouro Fino, desce por este até a sua foz no rio Capivara.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 21.03.96.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

Apresentamos a presente proposição, com a finalidade de corrigir erros cartográficos, os quais não definiam com precisão os limites e confrontações do Município de Campo Magro. Tal proposta decorre de sugestão do IBGE e IAP, com o intuito de apenas corrigir o artigo 1º da lei que criou o referido município.

Cabe ressaltar que as alterações propostas não retirarão do Município de Campo Magro os requisitos exigidos em lei.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres Parlamentares para que viabilizem a aprovação deste projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Não

havendo Expediente a ser lido, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao 1º Orador inscrito, Deputado Florisvaldo Pier.

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero usar o Pequeno Expediente para comunicar esta Casa que hoje, a Universidade do Oeste do Paraná está paralisada, os alunos daquela Universidade paralisaram as aulas na data de hoje porque faltam professores para administrar as aulas.

Para se ter uma idéia só no curso de enfermagem faltavam 16 professores e o Governo do Estado autorizou a contratação somente de 01 (um) o que representa agora a falta de 15 professores. A maioria dos cursos da UNIOESTE, não tem todo o seu corpo profissional completo para poder administrar aulas para aqueles alunos. O Governo Jaime Lerner que prometia para o nosso Estado o chamado "Novos Caminhos", está levando esse caminho para uma trilha antiga, àquela de fazer promessa de que Educação é prioridade e depois na hora de executar não tem tido na prática o mesmo discurso.

Estamos vendo as universidades estaduais do Paraná, todas com grandes dificuldades, todas faltando o corpo técnico profissional, todas com deficiências administrativas e necessitando de maiores investimentos. Mas o Governador tem feito ouvidos moucos para a comunidade universitária, científica do nosso estado.

Diz que hoje o Reitor negociará com o Senhor Governador a contratação desses profissionais. Tomara que consiga, mesmo que tarde, porque após um ano de administração o Governador não pode dizer que desconhece os problemas das Universidades e no caso específico, da Universidade Estadual do Oeste e principalmente do Curso de Enfermagem. Este é um comunicado que eu desejava fazer.

Outra questão, Senhores Deputados, todos acompanharam atentamente o desenvolvimento da CPI do Porto de Paranaguá, todos tomaram conhecimento que a empresa IT-Companhia Internacional de Tecnologia foi a empresa vencedora de uma licitação para informatização do Porto. Informatização esta que não se deu, e que devido a isto o Ministério Público do Estado do Paraná, baseado já também em documentos dessa CPI, pediu ação criminal contra essa empresa e a administração do Porto e pediu a quebra de sigilo bancário da Companhia Internacional de Tecnologia.

Essa empresa tinha um contrato com a Caixa Econômica Federal para prestação de serviços na área, principalmente de coletas e processamento de dados. A Caixa Econômica rompeu o contrato com esta empresa

alegando idoneidade da IT, com isto, a IT demitiu 680 pessoas, sendo 408 aqui da capital. E, entre essas demissões tem vinte gestantes. A IT não paga esses funcionários. A IT não dá baixa na carteira profissional, fazendo com que esses profissionais não consigam trabalhar. E o que é mais grave, a Caixa Econômica contratou uma outra empresa, a DIGIDATA e, impede que trabalhadores que prestavam serviços para a IT sejam contratados pela DIGIDATA.

Senhores Deputados, a convivência da Caixa Econômica na contratação da IT, já sabia ela, que a IT sonegava impostos, como sonega em não pagar INSS e FGTS em dia. A IT agiu sempre de maneira irresponsável para com o Governo Federal é sonegadora; e a Caixa Econômica, inclusive a Polícia Federal tinha na IT uma prestadora de serviços. E o que é sério, quando tínhamos a CPI, o Diretor da IT, Dr. Loliola, veio aqui defender a empresa e, hoje ele se encontra como funcionário da DIGIDATA, que foi a contratada pela IT. E, o gerente responsável da Caixa Econômica pelo setor de processamento de dados, saiu da Caixa Econômica após a sua aposentadoria, e presta serviços na IT, o que demonstra convivência da Caixa Econômica com todas essas irregularidades desta empresa.

Por isso que se faz urgente que venha para o Plenário desta Casa o relatório daquela CPI, na qual, é um suporte a mais para que empresas como a IT sejam punidas pela justiça, sejam punidas por tudo aquilo que ela age no nosso país. Sonega o FGTS, sonega o pagamento do INSS e, esse mesmo Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso mantém contratos com este tipo de empresa. O que demonstra a convivência dos órgãos estatais e federais.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Vossa Excelência levanta uma questão que, me parece que é de uma grande importância que, nós Deputados nos próximos dias vamos ter que nos debruçar, porque Vossa Excelência traz a luz da discussão o problema desta empresa que, forneceu parte dos equipamentos e serviços do contrato que tinha com o Porto de Paranaguá, que era essa IT.

Mas, tenho recebido, Deputado Florisvaldo Fier, denúncias sobre o que está acontecendo atualmente neste Governo, e, que tem na verdade, na minha avaliação pelo que estou recebendo informações, a IT vai parecer uma empresa batadora de carteiras, perto do que está acontecendo, porque os fatos são da mais alta gravidade.

Na área da Secretaria de Saúde, inclusive, quero na próxima semana encaminhar um Pedido de Informação a Vossa Excelência, que tem muito interesse nessa área.

Pois, soube da compra de software, por valores milionários de, na verdade, de sistemas que seriam, poderiam ter sido fornecido gratuitamente pelo Hospital de Clínicas, no controle do sistema SUS.

Então, aliado a isto, temos aí este contrato que, até hoje já foi denunciado pelo Deputado Emerson Nerone, da relação do DETRAN com uma empresa, um contrato de 36 milhões de dólares até agora pouquíssimo esclarecido. Além deste as declarações, que não poderia deixar de me referir, as declarações do Secretário Cássio Taniguchi, que controla esta área hoje. Aliás, pensei sempre, que a CELEPAR era uma empresa vinculada à Secretaria da Administração, não de Planejamento. Mas o que está me parecendo na verdade, é que pelo que li nos jornais, ele disse que precisaria. O Estado vai gastar este ano, 50 milhões de reais, para informatizar o Estado.

Oh, o Estado está informatizado, já, e se for para ficar comprando pacotes de soft, como querem fazer ou então sistemas como este do IPE, que Vossa Excelência está se referindo, que é um sistema mecânico, que funciona com telefonistas. É na verdade o seguinte: é de fazer aqui, nós que participamos, participei mais como ouvinte na CPI do Porto de Paranaguá. Pelo que pudemos aprender na área da informática naquela CPI. Há de se fazer uma profunda investigação, sobre o que está ocorrendo nesta área do Governo.

Por isso, quero crer que o tema que Vossa Excelência está trazendo à discussão desta Casa, ele é extremamente importante, e mais do que importante, ele é urgente. Porque esta é uma área complexa que as pessoas não conhecem bem. A maioria de nós conhece muito pouco. E é justamente nesta área que, - pelas informações que estou recebendo - os contratos são de valores milionários e sempre super-estimados, muito acima de que qualquer prestação de serviços que possa ser feito.

Então quero crer que devamos de fato, aprofundar estas investigações.

Quero parabenizar Vossa Excelência, pelo pronunciamento que faz.

O SR. DR. ROSINHA - Agradeço a intervenção de Vossa Excelência e quero dizer o seguinte: a questão da informática que é o futuro, que poucos compreendem e entendem, diria que a maioria quase que é vítima desta questão.

A IT, é uma empresa que conseguimos apurar e incriminá-la, por 1.200 reais. A questão do DETRAN, quem levantou nesta tribuna fui eu. São 36 milhões de reais, por 4 anos. Não são 1.400.000 reais, 780 milhões, aproximadamente, quem ganhou foi o Positivo, para prestação de serviço, por 4 anos. Após os 4 anos, rompe-se o

contrato. O DETRAN, não tem software, não tem atrapalhagem, não tem know how, não tem absolutamente nada.

São 780 mil reais por mês, certeza absoluta a nossa assessoria está estudando se é possível, alguma ação judicial ou não nesta licitação.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - O Senhor me desculpe, mas há um equívoco. Não pode por mês, é impossível ser por mês.

O SR. DR. ROSINHA - São 48 meses, é superior a folha de pagamento dos funcionários da Secretaria Estadual de Abastecimento. Mensal. Absoluta certeza.

A questão da informatização do Estado. Estou também, juntando documento Deputado. Poderíamos conversar. Da questão da saúde é correto isso. O software, que poderia ser fornecido, pelo Hospital de Clínicas, gratuitamente que vendeu, para o Governo de Pernambuco. Dava para o Governo do Estado do Paraná. O governo aqui, não aceitou.

É necessário um estudo bastante sério e profundo, nesta questão. Chamaria "entre aspas", que quase que existe uma máfia da informatização, no nosso Estado. Talvez, até a nível nacional. Não dá para a gente acusar que existe, uma máfia, porque a gente não tem a documentação toda. Mas dá quase para dizer, que é um círculo fechado, e um clube fechado, no qual não se permite a entrada de alguns. E a gente vê estourar a questão o IPE. Até que no Center tem um fulano que ele muda passa para outra, abre uma outra empresa e tem a mesma coisa. Sai da IT como foi o Loyola, vai para a DIGIDATA agora. Essa outra. Ou sai da SIGMA, e assume cargo no Governo do Estado. É um círculo vicioso, um círculo fechado, no qual nós temos que dedicar, por envolver milhões e milhões de reais. Agradeço a atenção dos Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria que os Deputados prestassem atenção, agora, porque eu havia prometido que traria a esta Casa contas pagas da nossa COPEL para ver quantas pessoas foram beneficiadas com esta lei assinada pelo Governador Jaime Lerner que isenta as pessoas que gastarem até 30 Kw. Meu caro Líder do Governo - Deputado Algaci - fizemos um levantamento antes de ontem em Ponta Grossa e num pequeno espaço de tempo, das 6 até 12 horas, conclamamos a população - pelo rádio - que nos trouxessem as contas até a rádio e conseguimos arrecadar, lá,

453 contas de luz pagas pelo povo de Ponta Grossa e os números são até impressionantes.

Dos 453 talões de energia elétrica que estão aqui. Isso é um dado importante. Dos 453 que recebemos, apenas 36 talões têm valor a pagar; 24 contas que não vão pagar - 24 significa aquelas que a COPEL nem cobra, porque acaba zerando. É tão pouco que a COPEL não cobra do camarada a energia elétrica. E 393 das pessoas que trouxeram para nós o talão de energia, 393 não vão ter direito a receber essa isenção, 393 para 453, então vocês vejam que essas pessoas não vão ter direito a receber aquela isenção. E esse povo que me trouxe isso, é o povo pobre. Porque o povo que ouve meu programa a grande maioria é classe baixa, um pouco da classe média e também um pouco da classe superior. Mas a grande maioria é o povo mais simples. Então de 453 contas de energia elétrica, apenas cerca de 50, descontando aqueles que não pagam nada mesmo porque é tão pouquinho, e são os que têm direito àquela isenção.

E perguntei para o cidadão que gastou menos de 30 Kw, o que ele tem em casa. Ele disse que tinha apenas a luz. Só a luz, nem o chuveiro elétrico tem, Deputado Romanelli. Foi um que eu conversei, o Senhor Osires que veio até a rádio e eu perguntei para ele - e não tem nem chuveiro elétrico. Então aqui está um dado que havia prometido a V.Exa., Deputado Romanelli e Deputado Algaci Túlio, aqui está a prova de que de 453 moradores de Ponta Grossa que me levaram o talão da COPEL, 393 não têm direito a receber a isenção. Esse dado é importante.

Outro dado, Deputado Romanelli e Deputado Algaci Túlio, fui até o correio e solicitei à direção do correio em Ponta Grossa para que me desse uns dados daquela promoção do Vale Gás. Aquele Vale Gás que o cara que consumia 60 Kw tinha direito a um bujão de gás por mês. O último mês que foi feito o Vale Gás, no mês de março de 94 quando acabou o Vale Gás - é um dado impressionante - no limite de 60 Kw e foi passado para a Tesouraria do Correio, em toda Ponta Grossa de quase 300 mil habitantes, hoje, apenas 3.400 pessoas receberam o Vale Gás, dá um por cento.

Então vejam bem, de 300 mil pessoas, apenas 3.400 receberam o Vale Gás, que era o dobro dos 30, que era 60. Então, vocês imaginem que se os 60 deram apenas para 3.400 pessoas em Ponta Grossa, num total de 300 mil habitantes que tem Ponta Grossa hoje, significa que os 30 não representa absolutamente quase que nada.

Então, eu trouxe estes dados para os senhores discutirem, não vim aqui querer criticar, não vim aqui, eu vim apenas tra-

zer dados e esses dados acho que ajudam a discussão nesta Casa, acho que ajuda para nós definirmos. Temos que baixar esse subsídio da energia elétrica? Por que tirar esse subsídio? As informações que temos é que este subsídio foi tirado pelo governo do Estado através da COPEL e nós não podemos admitir num Estado onde o programa social está sendo levado em conta, de que o nosso Governo fala tanto em social, se tirar o subsídio para aquelas que estão muitas vezes até desempregadas e que não podem pagar energia.

Então, queria fazer um alerta aos Senhores Deputados para que façamos um projeto juntos aqui e que volte a ser o subsídio como era antes, porque a grande maioria do povo do Paraná, as pessoas mais simples não estão conseguindo pagar a taxa de energia elétrica. E esse projeto que o governador apresentou agora de isenção vai beneficiar pouca gente, não vai beneficiar o povo, vai beneficiar uma migalhinha de pessoas.

Então, o projeto, no meu entender, não está correto, precisa mudanças e eu gostaria de solicitar aos companheiros, aos companheiros do Paraná, ao Governador do Estado que reveja esta posição, que desse de volta ao povo do Paraná o presente, o presente daquela volta, daquele subsídio como era antes. Por que tirar o subsídio da energia elétrica? Deixa o povo sofrido, povo sem emprego neste Paraná, povo sofrendo, e ainda ter que pagar esse subsídio.

Então, gostaria de fazer este pedido ao nosso Governador que é o governador social do Paraná e que ele volte o subsídio como era antes, porque o povo não está aguentando pagar, o povo não está aguentando pagar energia elétrica, o povo está sofrendo. Então, queria apelar aos companheiros desta Casa para que nós, juntos, conversemos com o governador, dizer ao governador. Olha, o Deputado Jocelito trouxe dados de um povo simples de Ponta Grossa, de um povo que é seu, do rádio, que numa manhã, em apenas uma manhã de programa consegui trazer aqui 453 contas, estão aqui à disposição para os senhores verem e que o projeto não está legal.

Então, é isto, Sr. Presidente, que eu queria solicitar hoje a esta Casa, aos companheiros, viu, Deputado Algaci Túlio, aqui está uma prova de que o projeto não vai beneficiar o povo realmente, que se desse uma reavaliada nisto, não como crítica, mas que se desse uma reavaliada nisto, porque não está a beneficiar o povo, vai beneficiar o cidadão que tiver uma lâmpada em casa, o camarada não vai poder nem tomar banho, como diz o Romanelli. Vamos lançar no Paraná campanha não tome mais banho, fique sujo, fique sujo, porque o povo não vai poder mais tomar banho, o

povo não vai poder ouvir nem mais o meu programa de rádio, que estou preocupado também, porque a energia não tem subsídio.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o que queremos é que o Governo volte ao que era, dê o subsídio da energia, dê o subsídio da energia, a energia elétrica tem que haver esse subsídio ao nosso povo, o povo não merece esta coisa aí, tem que voltar o subsídio, é este pedido em nome de todas as famílias do Paraná que eu quero fazer hoje nesta Casa, porque ninguém aguenta mais pagar.

O Sr. Romanelli - Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Olha, Deputado, só quero em um minuto dizer que tenho muito orgulho de ver um Deputado com a sua postura, que vai à Tribuna, diz que vai na base ver o que está acontecendo, traz aí provas documentais do que estamos afirmando através dos estudos que estamos fazendo e V.Exa., eu tinha certeza que quando assumisse o discurso de um Deputado que defende a cidadania ia se revelar mesmo como o maior tribuno e o melhor Parlamentar que temos nesta legislatura. Meus parabéns por V.Exa. ter a postura que tem, firme e combativa e que não dobra a espinha aos interesses dos poderosos. Meus parabéns Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO - Para encerrar eu só quero dizer, Deputado Romanelli, que apesar que alguns Deputados não prestaram atenção no que falei, que é uma coisa séria porque se cortou o subsídio do povo e alguns não prestaram atenção, quando chegar lá na base, o cara vai perguntar e não vai saber o que responder, queria dizer o seguinte, o PMDB pode ter alguns defeitos no Governo, no governo passado do PMDB, mas o governo do PMDB não cortou o subsídio da energia elétrica do povo do Paraná. E para finalizar, este mesmo PMDB, nos deu um Secretário de Estado para Ponta Grossa que hoje não temos.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Péricles.

O SR. PÉRICLES MELLO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não se pode mais aceitar a política do Governo Jaime Lerner para as Universidades do Paraná. A crise por que passam as Universidades se agrava a cada dia e os reitores e diretores de Faculdades isoladas reunidos na FIESP, entidade que os representa, colocam o Senhor Governador que se até o final deste mês não for resolvido o problema do repasse de verbas de custeio para as instituições de ensino superior,

as nossas Universidades e Faculdades isoladas simplesmente fecharão suas portas porque não têm condições mais de continuar com o seu trabalho.

Só para se ter uma idéia, a Universidade de Ponta Grossa necessita para custeio, de R\$ 300.000,00/mês. O que foi aprovado no orçamento do Estado com a emenda dos Deputados Estaduais de nossa cidade permite um repasse de R\$ 200.000,00 ao mês, mas o Senhor Jaime Lerner só está liberando desde o mês de janeiro, agora no mês de fevereiro e março, R\$ 52.000,00 por mês, muito menos do que o ano passado, quando a UEPG já se encontrava em crise, o Reitor dava entrevista em vários órgãos de comunicação social, alunos fazendo pedágio para poder comprar materiais para laboratório e equipamentos para continuar os seus cursos.

Estivemos em Cascavel no final de semana, como já salientou o Deputado Florivaldo Fier nesta tribuna, e fomos procurados pelo coordenador do curso de Enfermagem e chefe do Centro de Ciências Biológicas da UNIOESTE, alertando sobre a falta de mais 16 professores, a falta de recursos também para aquela instituição, e sabemos via jornal que ontem, lideranças de Cascavel e do Oeste do Paraná estiveram conversando com o Governador Jaime Lerner, através do Deputado Edgar Bueno.

Portanto, estamos aqui fazendo mais uma vez um apelo a este Governo, à Secretaria de Ensino Superior, para que não permita que se aprofunde o problema das Universidades que representam tanto para o desenvolvimento do Paraná.

Neste momento grave por que passa a Universidade brasileira, em que a LDB tenta mudar o conceito de Universidade, conceito construído lentamente, com muita luta, pela União Nacional de Estudantes, pela Federação dos Servidores das Universidades, pela ANDES, até se chegar à concepção de um padrão único de qualidade, buscando resgatar o papel verdadeiro, universal da Universidade, na medida em que cada canto desse País deveria ter uma Universidade que vinculasse o ensino à pesquisa, à extensão, que descobrisse a problemática regional, as questões particulares, pesquisas que levassem um projeto de desenvolvimento para cada região do País.

Já se busca destruir esse conceito, dividir as instituições, criar vários tipos de instituições de ensino superior, desde os centros de excelência, para preparar os grandes quadros diligentes da burguesia nacional, até cursos de segunda categoria espalhados pelo interior do Brasil, que são apenas colégios que ministram aula, sem ter nenhuma responsabilidade com a pesquisa e com a extensão.

Nesse grave momento por que passa a

Universidade brasileira, parece que o Governo do Paraná vem reproduzindo com rapidez a concepção do neoliberalismo ao nível nacional, buscando talvez voltar ao ensino pago, porque as próprias pessoas das comunidades desesperadas porque falta recurso, começa a brotar dessas pessoas, essa falsa ideologia do ensino pago, como se resolvesse alguma coisa. É claro que não resolve, porque em Ponta Grossa, dividindo o custo da Universidade pelo número de alunos, terá que pagar R\$ 500,00/mês para poder a Universidade sobreviver com esses recursos, e sabemos que o aluno da Universidade paranaense não pode pagar pela concentração de renda que existe em todo o nosso País e pelos baixos salários que ganha cada família.

Por isso, temos que fazer novamente esse apelo ao Governo do Estado, mas mais que isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é apenas o problema do custeio, os professores e funcionários da Universidade paranaense têm sido agredidos de uma forma que ninguém podia esperar, nos seus mais legítimos e direitos mais primários. Quando houve a mudança de regime CLT para estatutário, no final de 92, muitos problemas...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência está encerrado...

O SR. PÉRICLES MELLO - Vou pedir para o

Deputado Romanelli se ele me concede o horário da Liderança do PMDB, para poder concluir... na sequência, Deputado Edgar Bueno... vários problemas sofreram os celetistas, por exemplo, professores estrangeiros que tinham direitos como celetistas perderam quase todos os direitos. O regime estatutário, professores que tinham uma dupla contribuição para se aposentar, teriam no futuro duas aposentadorias, perderam esse direito, mas em contrapartida, alguns direitos foram conquistados, foram ganhos, por exemplo, o celetista que passou a ser estatutário incorporou alguns direitos estatutários com uma licença prêmio. A cada 5 anos de trabalho o estatutário tem direito a três meses de licença, se ele gozar a licença, se não gozar conta para a aposentadoria em dobro, a cada 5 anos de trabalho, conta 6 meses de licença para aposentadoria. E muitos professores, a partir desse benefício se aposentaram, se não me engano, só na Universidade de Maringá, 70 professores de aposentaram em função desse tempo da licença prêmio.

Pasmem, Senhores Deputados, que passados dois anos, o Governo Lerner resolve que esses professores não poderiam ter sido aposentados, não poderiam adquirir esses direitos e está chamando esses professores para voltar ao trabalho. Alguns de-

les já se mudaram, estão em outro Estado da Federação, em outro lugar do País e agora têm que voltar a dar aula, sendo agredidos os direitos mais fundamentais.

E aqueles professores que estão na expectativa de se aposentar, não poderão fazê-lo. Eu sei que nesse sentido existe tramitando nesta Casa um projeto de lei do Deputado Antonio Belinati, a FIESP, estivemos conversando com os reitores, com o Senhor Nery, Presidente da FIESP. Há uma conversa com o Líder do PDT, o Deputado Rossoni, para que se faça o substitutivo resolvendo esse grave problema. Mas, se não houver negociação com o Governo, sabemos que este projeto apresentado nesta Casa não é aprovado, e mesmo que seja o Líder do PDT que apresente um projeto, como apresentou a emenda da COPEL, o Governo traz a sua própria liderança e veta o projeto, o próprio líder do seu partido.

Então, ficamos numa situação difícil e precisamos rapidamente passar a negociar com o Governo e com a Secretaria de Ensino Superior, para salvar a Universidade paranaenses que tanto bem trouxe o desenvolvimento para o nosso Estado.

O Sr. Edgar Bueno (Aparte) - Quero somar-me a esta preocupação do nobre Deputado Péricles Mello, e dizer que hoje, o Paraná mantém 5 Universidades Estaduais. E se fizermos um comparativo, o Rio Grande do Sul, 4 Federais; e Minas Gerais, 7 Federais. Há um desequilíbrio nesta questão do ensino superior e é uma preocupação muito grande do paranaense, principalmente porque o Paraná abriga aqui um percentual muito grande de alunos que vêm de outros estados e estudam no Paraná, dinheiro do contribuinte, do homem paranaense, quando temos falta de vagas para o nosso próprio paranaense.

Então, é uma preocupação muito grande a questão de Ciências Biológicas e de Enfermagem de Cascavel. O senhor tem razão quando reclama da falta de professores, porque já fomos comunicados ontem, recebemos aqui o Reitor Emílio (?) e também a diretoria da UNIOESTE, e visitamos o Secretário Alex Beltrão, visitamos o Governador e levamos a ele todas essas preocupações e a necessidade urgente de se contratar professores para regular esses cursos. E tivemos a promessa do Governador que o mais rápido possível ele iria solucionar esse problema.

E temos convicção de que esse é um problema que vem se arrastando ao longo do tempo, não é uma coisa deste ano e nem do ano passado, mas é algo que vem sendo prejudicado pela falta de atenção, pela falta de competência e a vontade de resolver o problema, principalmente dos cursos lá de Cascavel, mas principalmente, com a falta

de professores. Estamos sensíveis, agradecemos a sua preocupação e nos somamos a ela, mas com certeza absoluta, aonde também buscamos a sensibilidade do Governador que em breve deverá resolver essa questão. Muito obrigado.

O SR. PÉRICLES MELLO - Muito obrigado pelo aparte, Deputado Edgar Bueno.

Mas, o que acontece é um verdadeiro retrocesso. Citei o exemplo dos estatutários, e tem mais o exemplo do tempo integral de educação exclusiva e também os professores se aposentavam incorporando o TID, para a sua aposentadoria e o Governo Lerner cortou, entendendo que o TID é apenas um adicional aos professores em regime de tempo integral.

Há um retrocesso claro, Deputado Edgar Bueno, pelas políticas do Governador ao retrocesso com relação aos governos anteriores, que a Universidade teve graves problemas, em dois casos o TID e a licença prêmio, mais que isso, desde o começo do Governo Lerner, os seus Secretários têm deixado à disposição um plano de carreira.

Um plano de carreira para os professores que foi elaborado democraticamente por um colegiado nomeado pelas Universidades e até hoje o Governador não remeteu a esta Casa o plano de carreira, e muito menos dos funcionários que também foi composto o colegiado democrático, uma discussão que durou vários meses, elaborada com os funcionários das instituições de ensino superior.

Estive no ano passado numa solenidade no Palácio Castelo Branco, e até hoje o Governo Lerner não mandou para esta Casa, como não remeteu o projeto regulamentando o Artigo 205, que temos aqui um projeto, eu e o Deputado Orlando Pessuti, realizamos em nome da Comissão da Educação, Fórum Paranaense da Ciência e Tecnologia e até hoje não foi votado nesta Casa e o Governador segura, não tem interesse que esse projeto seja aprovado, porque a outra concepção de Ciência e Tecnologia defendida pelo Secretário Alexandre Beltrão, e tem divergências do próprio Governo, porque Emília Belinati, defende projetos semelhantes ao nosso, e diferente do Secretário da Ciência e Tecnologia.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, queremos deixar este apelo claro a Universidade de Ponta Grossa já foi prejudicada no orçamento, não recebeu verba nenhuma para investimentos, mas acho que nenhuma vai receber, porque nem custeio o Governo do Estado se digna a liberar para que as Universidades possam permanecer funcionando.

Deputado Jocelito, não sei se tenho tempo ainda, se for rápido.

O Sr. Jocelito Canto - Só gostaria de cumprimentar-lhe, pelo seu belíssimo pronunciamento.

Nossa Universidade passando por muitas dificuldades, e também as páginas dos jornais de Ponta Grossa diziam no dia de ontem, que as escolas estaduais continuam ainda no setor de educação sem professores, tem escolas em Ponta Grossa que teve turma que nem começou a dar aula ainda, por falta de professores, está nas páginas de ontem e lamento profundamente isso à educação, os professores sem vigília, todo dia uma escola parando, protestando, e dia 29 se preparem que os professores vêm aí para acamparem aqui em frente ao Palácio Iguaçu, para protestarem contra a situação caótica, crítica que está a educação neste Paraná.

O SR. PÉRICLES MELLO - Só para concluir, Senhor Presidente.

É verdade que este Paraná é prejudicado, porque não recebe muitos recursos federais para as Universidades, que em outros estados como o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, são várias universidades federais.

Mas se tomarmos o exemplo de São Paulo que tem duas das maiores instituições do país que é a USP e a UNESP, é verdade que é um Estado mais rico, mas também relativamente tem que gastar muito mais recursos em infra-estrutura. E relativamente, o Estado de São Paulo gasta o dobro do que gasta o Estado do Paraná com ensino superior. Por isso, acho que essa justificativa não resolve o nosso problema e esse retrocesso absurdo que está acontecendo com relação ao ensino superior.

O Sr. José Tavares - Apenas para me somar à preocupação de Vossa Excelência e ao mesmo tempo cumprimentá-lo em nome da bancada do PMDB, pelos assuntos que traz à tribuna e fazer uma sugestão, especificamente com relação a essa questão que vem afligindo centenas de professores, tanto do ensino médio, primário e também do ensino superior, relacionado com a questão da aposentadoria. Daqueles que tiveram as suas aposentadorias legalmente deferidas e, agora, estão tendo este seu direito adquirido, lesado. E dos que já têm o direito adquirido da aposentadoria, mas que ainda não tiveram ela deferida, que estão também na eminência de ver um direito sagrado seu, direito líquido e certo não reconhecido, que é a questão do acerto.

Queria fazer uma sugestão a Vossa Excelência, ao Deputado Anibal Khury, ao Deputado Valdir Rossoni, ao Deputado Algaci Túlio, que é o Líder do Governo na Casa,

no sentido de que trouxesse para a Comissão de Educação e Cultura da Casa os Secretários das três áreas: o Secretário da Educação, o Secretário do Ensino Superior e o Secretário da Administração, para virem falar com os Deputados a respeito desta questão. Porque está causando em todo o Estado do Paraná um tremendo mal-estar. Porque não sei se Vossas Excelências estão sabendo, mas as aposentadorias concedidas legalmente estão sendo caçadas. E a expectativa de direito - direito adquirido - também não está sendo reconhecido.

Acho que o próprio Governador, a meu juízo, não deve ter a noção exata, a dimensão da gravidade desses acontecimentos. Daí, a minha preocupação, já que estamos vivendo num estado de direito democrático, em trazer essas autoridades aqui para a Casa, para melhor esclarecer a esse Poder a respeito desta questão e, quem sabe até, nos valermos do projeto que aqui tramita, para resolvermos definitivamente este problema.

O SR. PÉRICLES MELLO - Obrigado, Deputado Tavares, pela sua sugestão. E tão logo a Comissão de Educação seja constituída, faremos isso com o maior interesse e o maior prazer. E o Senhor está convidado a participar desde já da reunião.

Para concluir, Sr. Presidente, queremos divulgar que, hoje em toda a tarde, o Colégio Estadual do Paraná realizará uma vigília em defesa da escola pública. Assim como estão sendo realizadas vigílias em todo o Estado do Paraná, inclusive na Escola de Santa Paula, na cidade de Ponta Grossa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Faço questão de ler o telegrama que recebi, na data de ontem, encaminhado pela Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu, porque trata de um assunto da maior importância para a cidade de Foz do Iguaçu. Diz o telegrama: "Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência a essa iniciativa da comunidade de Foz do Iguaçu. Cujo início de funcionamento segundo acreditamos, será um novo marco no desenvolvimento econômico de Foz do Iguaçu." Assinam este documento o Sr. Mohamed Ibrahim Barakat, que é o Secretário de Indústria e Comércio de Foz do Iguaçu, o Sr. Omar Tosi, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista, Fouad Mohamed Fakin, do Conselho Superior ACIFI - Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu; Carlos Alberto Tavares do Sindicato de Hotéis; César

Cabral, Presidente da ACIFI.

Vale aqui frisar, Senhor Presidente, que nos empenhamos muito, para que essa EADI - Estação Aduaneira do Interior fosse criada em Foz do Iguaçu.

Eu, recentemente estive em Brasília, em audiência, juntamente com o Deputado Luiz Carlos Romanelli falando com o Secretário Geral da Receita Federal, Dr. Everaldo Maciel, justamente para fazer essa reivindicação e estive acompanhado por representantes da Associação Industrial e Comercial de Foz do Iguaçu.

Convém ressaltar que esta não é uma luta pessoal nem minha, nem só da Associação, a sociedade de Foz do Iguaçu se mobilizou em torno dessa questão, vale a pena aqui registrar que a administração municipal através do Prefeito Dobrandino deu todo o apoio, se interessou, foi atrás, inclusive marcando audiência com o Secretário Everaldo Maciel, também para reivindicar essa Associação, essa EADI.

O Deputado Sâmis da Silva, o nosso colega nesta Casa também se empenhou muito por essa questão e acredito que essa conquista das forças vivas da Cidade de Foz do Iguaçu, vai ser, como diz o próprio telegrama, um marco na retomada do crescimento e desenvolvimento econômico de Foz do Iguaçu.

Foz do Iguaçu passa, tenho dito, tenho denunciado aqui, por um momento muito difícil, o nosso turismo está em decadência, os nossos hotéis estão operando com apenas 30% da sua capacidade de ocupação, empresas tradicionais do setor estão literalmente quebrando, falindo, fechando suas portas, o comércio de exportação, o comércio formiga da Região da Vila Portes próximo a Ponte da Amizade, que já empregou mais de 30 mil pessoas, está literalmente quebrado, apenas 30% dos 500 estabelecimentos comerciais de grande porte que ali existiam estão funcionando, o restante fecharam todos. E o desemprego é uma calamidade pública na Cidade de Foz do Iguaçu, até porque Itaipu que tinha 40 mil funcionários, 40 mil empregados, no auge, no pique de sua construção, hoje, emprega apenas cerca de 3 mil funcionários do lado brasileiro e outro tanto do lado do Paraguai, e aquela população ficou ali por Foz do Iguaçu.

Temos que criar alternativas para reverter esse quadro caótico no campo social, no campo econômico, no campo do desemprego, principalmente para viabilizar nossa cidade.

E essa EADI - Estação Aduaneira do Interior, - e volto a frisar - é uma conquista de toda a sociedade iguaçuense, vai ser sem sombra de dúvida o marco para a viravolta, para a retomada do crescimento econômico e logicamente da justiça social

da nossa Cidade de Foz do Iguaçu.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Prezados Srs. Deputados.

Recebi recentemente uma carta do primeiro Prefeito de Nova Esperança o Dr. José Silveira, não só ex-Prefeito da minha cidade de Nova Esperança, como logo após ter cumprido o seu mandato veio para a Assembleia Legislativa e posteriormente Deputado Federal, e ultimamente o Dr. Silveira vive com seus familiares no Rio de Janeiro.

E o Dr. Silveira, nessa carta sucinta, pedia alguma providência minha através desta Casa, a cerca do lançamento do imposto territorial rural, cujo o lançamento ele havia recebido e com estranheza verificava os seus valores.

Em sua carta ele menciona algumas cidades cujos os valores atribuídos pela Receita Federal do valor da terra nua, são valores muito aquém da realidade, irreal, ele cita a nossa cidade de Nova Esperança, onde a terra é nua por hectare. Até a Receita Federal consultou a Fundação Getúlio Vargas, segundo informações e esses valores são resultado dessa consulta. E Nova Esperança as terras foram avaliadas por hectare em 4 mil reais, quando na realidade vale cerca de 2. Lá em Paranacity, 4.105, quando não muda nada os valores das terras de Paranacity, Nova Esperança, Castelo Branco e Adjacências.

Pois bem, diz ele aqui ainda. Outra monstruosidade acerca dos valores irreal ele fala de Cascavel no valor de 1.600 por hectare e Foz do Iguaçu 8 mil reais. Quando as terras são de idêntica fertilidade. Pois bem, Srs. Deputados, mantendo contato com o Dr. Meneguetti Presidente da FAEP, me disse o jovem Presidente que a Federação da Agricultura do Paraná havia feito manifestações juntamente a Secretaria da Agricultura, no sentido de fornecer a ela dados reais, preços justos das nossas terras, terras nuas para fins de lançamento de Imposto Territorial Rural. E em seguida este deputado mantendo contato com o ilustre Deputado Hermas Brandão Secretário da Agricultura, foi informado que aquela Secretaria motivada pelos argumentos convincentes da Federação da Agricultura do Paraná havia feito Expediente à Receita Federal e para mim não há como compreender, não há convencimento que a Receita Federal faça a tributação do Imposto Territorial Rural. É um absurdo isto, deveria ser no meu entendimento de competência Municipal.

Pois bem, a Secretaria da Agricultura

oferece alguns valores para a Receita, pedindo um reexame dos valores lançados... Então por exemplo, lá em Bela Vista do Paraíso, a Receita atribui o valor de 7 mil reais, a Secretaria propõe 2.890. Cambará 7.700 reais para 2.200 e vai assim por diante, como lá em Orizona que é a nossa região, 4 mil reais ele propõe 3; Paranaicity já falei, São Jorge do Ivaí aonde são as terras mais férteis do Paraná de 8 mil a Secretaria propõe 3.500 e eu queria dizer que os valores propostos pelo Governo do Estado através da Secretaria da Agricultura são valores realíssimos, até mais do que realmente vale. E venho à tribuna Srs. Deputados, encaminhando um requerimento para apreciação dos nobres colegas para hipotecar apoio a manifestação, ao pedido, a solicitação da Secretaria da Agricultura para que a Receita Federal considere os valores oferecidos pela Secretaria da Agricultura repito, com a contribuição inestimável da Federação da Agricultura porque são valores reais e tanto assim, felizmente que a Receita Federal, é uma informação oficiosa, já em função da manifestação da nossa Federação e do expediente, da providência do Secretário da Agricultura já sustou os lançamentos que vinham sendo procedidos. Tenho também informações do Estado de São Paulo que, da mesma forma recebeu os primeiros lançamentos da Receita Federal atribuindo valores absurdos às terras agrícolas. Já não chega a agricultura estar passando por esta fase das mais difíceis nas últimas décadas, ainda para agravar a situação, vem a Receita Federal lançando valores exorbitantes.

Gostaria de conclamar os ilustres colegas para que, em contato com os nossos mais próximos amigos, companheiros Deputados Federais façamos uma campanha no sentido de que, este imposto, o imposto da terra rural, venha para competência do município. Não se entende que, em hipótese alguma que, estados do sul especialmente, tenham os impostos das suas terras sendo lançados pela Receita Federal, consultando não sei quem da Fundação Getúlio Vargas que, não nos conhece, nem sabe nada e, gerando este mal estar no Paraná, e, quero crer os demais estados da Federação. Concluindo, Senhor Presidente, quero formular um apelo ao ilustre Líder do Governo do Estado nesta Casa, Deputado Algaci Túlio para que, questione junto a Secretaria da Educação, para que dê solução aos pedidos de exposição de professores estaduais para, especialmente serem designados secretários de educação no município e, as Primeiras Damas, as esposas dos Senhores Prefeitos que, já tradicionalmente em função da presidência lhes cabe, por força de entendimentos da presidente da PROVOPAR,

que, a Secretaria de Saúde dê solução a estas solicitações. Ora, as aulas foram distribuídas entre os dias 6 e 9 ou 10 de fevereiro, estes pedidos de exposição funcional estavam na Secretaria de Educação já naquela época. E, eu não tenho pessoalmente particularmente, nenhum pedido negado, indeferido das pessoas que acompanhei, companheiros da minha região, mas ainda persiste algumas solicitações dos prefeitos municipais, cuja as indicações são de Primeiras Damas ou de professores que são ou serão secretários do município e que, ainda não há solução, e estamos a vinte de março, Senhor Presidente, não vai aqui crítica nenhuma pessoal ao Sr. Secretário da Educação, com quem eu pouquíssimas vezes falei, nem tão pouco agredir a Secretaria da Educação. O que eu venho é formular este apelo para que se dê uma solução. Concede, não concede. Defere, indefere mas solta a coisa, meu Deus do céu, pois nós estamos em abril.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, relação das Comissões desta Casa sob n° 677, constante do expediente, constando os nomes dos Srs. Deputados que irão fazer parte das Comissões Permanentes do corrente ano. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei em n° de 05 (cinco) de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01
REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n°

414/95, que concede título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná à dupla sertaneja Zezé Di Camargo e Luciano, pelos relevantes serviços prestados e que vêm prestando à música brasileira, tanto em nosso país, como no exterior. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 137, de 17.10.95).

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 434/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 62/95, que eleva de 11 (onze) para 12 (doze) o número de representantes da Sociedade Civil Organizada, no Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - Rejeitada.

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 435/95, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 63/95, que dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EMENDAS DE PLENÁRIO SEM PARECERES. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda da C.C.J. - **Aprovada.**

Emenda n° 1 de Plenário, Deputado Joel Coimbra - **Rejeitada.**

Emenda n° 2, Deputado Joel Coimbra - **Rejeitada.**

Verificação de votação. **Rejeitada.**

Projeto de Lei n° 435/95. Emenda. **Rejeitada.**

Emenda n° 4 - **Aprovada.**

Emenda n° 5 - Em votação.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Para Encaminhar) - Embora não tenha conhecimento maior destas emendas, mas seguramente até por conhecer a estrutura dos municípios, há um período de adaptação dos municípios que são, seguramente, muitos municípios seriam impedidos até a constituir esses fundos e os conselhos. É um período de transição, não sei quem fez a emenda, mas isso dificultaria muito a ação dos municípios e poderia impedir a execução de programas essenciais nessa área de assistência social.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhores Deputados, esta emenda visa colocar os mesmos critérios da legislação federal. E já está estabelecido na lei federal que o município que não tiver Con-

lho e não tiver Fundo, não recebe verbas de assistência social do Governo Federal. Ao fazermos isso na nossa legislação, vamos estar tratando isonomicamente leis hierárquicas.

Neste sentido é que pedimos a aprovação desta emenda, porque ela só visa adequar-se à legislação federal, que tem o mesmo teor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação a emenda. **Rejeitada.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação: 10 Senhores Deputados aprovam; 21 rejeitam. **Rejeitada.**

Emenda n° 6. **Rejeitada.** O Projeto irá à 3ª discussão para apreciação das emendas.

ITEM 04

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 384/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que denomina de Colégio Juracy Rachel Saldanha Rocha - Ensino de 1° e 2° graus, o atual Colégio Estadual de Marialva - Ensino de 1° e 2° graus, situado no Município de Marialva. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.E.C.E.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 128, de 03.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 384/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Joel Coimbra, tem por objetivo denominar de "Colégio Estadual Juracy Rachel Saldanha Rocha" - Ensino de 1° e 2° Graus, o atual Colégio Estadual de Marialva - Ensino de 1° e 2° Graus, situado no Município de Marialva.

Após ter nos sido enviado ofício da Secretaria de Educação com a informação de que o colégio não possui denominação, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

PROJETO DE LEI N° 384/95

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, cuja autoria é do nobre Deputado Joel Coimbra, tem por objetivo denominar de "Colégio Estadual Juracy Rachel Saldanha Rocha" - Ensino de 1° e 2° Graus, o atual Colégio Estadual de Marialva - Ensino de 1° e 2° Graus, situado no Município de Marialva.

Foi submetido à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável.

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte acompanha a douta Comissão de Constituição e Justiça ao votar favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.95.

(aa) PÉRICLES MELLO - Presidente
EDUARDO TREVISAN - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo a enquadrar os advogados das instituições estaduais de ensino superior no cargo de advogados da carreira especial de advogados do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.F. E CONTRÁRIO DA C.E.C.E.. (Publ. no D.A. nº 135, de 16.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 405/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Joel Coimbra, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a enquadrar os Advogados das Instituições Estaduais de Ensino Superior no cargo de Advogados da Carreira Especial de Advogados do Estado do Paraná.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.10.95.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 405/95

P A R E C E R:

Autorizar o Poder Executivo a enquadrar no cargo de advogado, da Carreira Especial de Advogados do Estado, de acordo com a Lei nº 9422, de 05.11.90, os advogados estáveis concursados e no efetivo exercício da função, pertencentes aos quadros das Instituições de Ensino Superior do Paraná, é o objetivo do supracitado projeto de lei, de autoria do Deputado Joel Coimbra.

Tendo recebido parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e por não apresentar qualquer óbice quanto a sua normal tramitação, nosso parecer é também favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.11.95.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ALBANOR GOMES - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 405/95

P A R E C E R:

A Comunidade das Instituições Estaduais de Ensino Superior do Paraná, há alguns anos vem discutindo um plano de carreira para todos os seus membros. Entendemos que a proposta do nobre Deputado, quanto a carreira dos advogados pertence ao debate inscrito neste conjunto e deve ser respeitado este amplo processo. A aprovação do presente projeto fere portanto um processo da qual esta Casa de Leis tem acompanhado, mas não diz respeito apenas a ela.

Somos portanto, de parecer contrário. Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 01.11.95.

(a) PÉRICLES MELLO

Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 405/95.

ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo Estadual a empreender estudos e planejamento necessários à criação de uma Secretaria Especial de Relações Internacionais. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 168, de 28.11.95)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 514/95

P A R E C E R:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Joel Coimbra, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo Estadual a empreender estudos e planejamento necessários à criação de uma Secretaria Especial de Relações Internacionais.

Analisando sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão de Constituição e Justiça nada encontrou que possa obstar a sua tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente
JOSÉ TAVARES - Relator

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 024/95, de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Irineu Colombo, Emerson Nerone e Florisvaldo Fier, que institui a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. (Publ. no D.A. n° 59, de 30.05.95)

COMISSÃO EXECUTIVA
PROJETO DE RESOLUÇÃO n° 024/95
P A R E C E R:

O presente projeto de resolução, de autoria dos Deputados Ângelo Vanhoni, Péricles Mello, Irineu Colombo, Emerson Nerone e Florisvaldo Fier, tem por objetivo criar a Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa do Estado.

A Comissão de Direitos Humanos já funcionou, com brilhantismo durante os anos 80, mas na aprovação do novo Regimento Interno entenderam os Senhores Deputados ser ela prescindível do rol das Comissões Permanentes. Na prática esse pensamento mostrou-se equivocado, fazendo-se necessária o retorno de tão importante Comissão, tendo em vista os problemas que ora afloram em nossa sociedade.

Diante do exposto, somos de parecer favorável, opinando-se pela aprovação da presente proposição que pretende alterar o Regimento Interno deste Poder, instituindo a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Cidadania.

Sala das Comissões, em 19.03.96.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) sessão.

Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) sessão do Projeto de Resolução n° 024/95.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 216/95, que equipara a organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR à Órgão Oficial de Pesquisa. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 216/96
REDAÇÃO FINAL
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Governo do Estado, de acordo com os arts. 87, XVII e 54, XXI, da Constituição Estadual, e para os fins do disposto na alínea "c" do § 3° do artigo 1° da Lei n° 7.827 de 29/12/93, autorizado

Curitiba, quinta, em 21.03.96

a celebrar convênio com a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná - OCEPAR, para que esta possa atuar como entidade oficial de pesquisa.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.03.96.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
CÉSAR SELEME - Relator

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 291/95, que denomina Rodovia Deputado José Alves a Rodovia PR-317, ligando Maringá a Santo Inácio. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N° 291/95
REDAÇÃO FINAL
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada Rodovia Deputado José Alves a Rodovia PR-458, que interliga o Município de Guaraci ao Município de Atalaia.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07.03.96.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
WALMOR TRENTINI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Sobre a mesa, Requerimento n° 647, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 649, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Não recebido pela Mesa.**

Requerimentos n°s 650 a 656 e 661 e 662, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 657, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n°s 658 e 659, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento n° 664, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 670 e 671, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 672, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do

expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 674, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 675, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 639, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

Requerimento nº 641, de autoria do Senhor Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. ALBANOR GOMES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para registrar a presença neste Plenário do Vereador Saulo Ramos, do Município de Contenda. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado.

O Jornalista Janur Júnior é convidado da Presidência.

A Mesa solicita ao assessor do Deputado Algaci Túlio que tenha calma.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Apenas para agradecer ao Plenário, já que Vossa Excelência colocou em bloco os nossos requerimentos, agradecer este Plenário que aprovou a inserção, registro nos Anais da Assembléia Legislativa dos discursos proferidos pelo nosso companheiro Deputado Hermas Brandão e pelo Senador José Eduardo, Ministro da Agricultura quando do lançamento do projeto de zoneamento agrícola referente ao trigo.

Entendo que o pronunciamento, tanto do nosso colega Hermas Brandão, como do Ministro José Eduardo, devam ser registrados nos Anais desta Casa, porque evidentemente é um marco histórico no setor agropecuário deste país e o Ministro evidentemente prestigiando o seu Estado que é o Paraná e ainda sendo o Paraná o maior produtor de trigo, iniciou o processo de zoneamento agrícola do trigo aqui pelo Estado do Paraná. E um outro requerimento nosso diz respeito a congratulações deste Parlamento à família do piloto Tarso Marques que no dia de ontem firmou contrato com a empresa italiana Minardi e será o novo representante brasileiro e representante paranaense no círculo da Fórmula 1. Entendo que isso engrandece o nosso Esta-

do, demonstrando que temos competência não só na política, não só no gerenciamento nas atividades privadas como ficou aqui provado no dia de ontem mas temos também competência no setor automobilístico agora também representados pelo eminente paranaense, o jovem piloto Tarso Marques.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência anuncia a composição das Comissões. (Lê):

COMISSÕES

1.996

DIRETORIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Presidente:

Vice-Presidente:

Membros:

TITULARES

Irondi Pugliesi
Cesar Seleme
Antonio Annibelli
José Maria Ferreira
Carlos Simões
Basílio Zanusso
Emerson Nerone
José Tavares
Luiz Cláudio Romanelli
Caíto Quintana
Walmor Trentini
Joel Coimbra
Antonio Belinati
Nelson Justus
Geraldo Cartário

SUPLENTE

Duílio Genari
Augustinho Zucchi
Beto Richa
Albanor Gomes
Cezar Silvestri
Élio Lino Rusch
Florisvaldo Fier
Renato Adur
Nereu Moura
Orlando Pessuti
Nelson Tureck
Algaci Túlio
Valdir Rossoni
Marquinhos Alves
Eduardo Trevisan

Secretária: Ana Lúcia Andretta - Ramal 203

COMISSÃO DE FINANÇAS

Presidente:

Vice-Presidente:

Membros:

Duílio Genari	Cesar Seleme
Florisvaldo Fier	Ângelo Vanhoni
Durval Amaral	Luiz Claudio Romanelli
Élio Lino Rusch	Reny Borsato
Miltinho Puppio	Edno Guimarães
Albanor Gomes	Cezar Silvestri
Geraldo Cartário	Eduardo Trevisan

Secretário: Wilson Penka - Ramal 450

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Presidente:

Vice-Presidente:

Membros:

Augustinho Zucchi	Duílio Genari
-------------------	---------------

Ângelo Vanhoni	Emerson Nerone
Durval Amaral	Nereu Moura
Plauto Miró Guimarães	Basílio Zanusso
Walmor Trentini	Edno Guimarães
Cezar Silvestri	Albanor Gomes
Nelson Justus	Eduardo Trevisan

Nereu Moura	Sâmis da Silva
Reny Borsato	Basílio Zanusso
Miltinho Puppio	Luiz Accorsi
Edson Silva Lino	Jocelito Canto
Geraldo Cartário	Marquinhos Alves

Secretária: Leila Godoy - Ramal 450

Secretária: Betina Grunmacher - Ramal 450

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Presidente:
Vice-Presidente:
Membros:

Augustinho Zucchi	Irondi Pugliesi
Orlando Pessuti	Nereu Moura
Irineu Colombo	Péricles Mello
Reny Borsato	Plauto Miró Guimarães
Edno Guimarães	Miltinho Puppio
Albanor Gomes	Cezar Silvestri
Eduardo Trevisan	Luiz C. Alborghetti

Secretário: Rubens Bremmer - Ramal 450

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Presidente:
Vice-Presidente:
Membros:

Duílio Genari	Cesar Seleme
Péricles Mello	Florisvaldo Fier
Durval Amaral	Caíto Quintana
Reny Borsato	Élio Lino Rusch
Miltinho Puppio	Edno Guimarães
Edson Silva Lino	Picardo Chab
Geraldo Cartário	Marquinhos Alves

Secretária: Sandra Zampier - Ramal 450

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Presidente:
Vice-Presidente:
Membros:

Irondi Pugliesi	Augustinho Zucchi
Renato Adur	Cleiton Kielse
Péricles Mello	Irineu Colombo
Basílio Zanusso	Reny Borsato
Walmor Trentini	Antonio Belinati
José Maria Ferreira	Jocelito Canto
Eduardo Trevisan	Marquinhos Alves

Secretário: Ricardo Rüppel Sotto Maior - Ramal 450

COMISSÃO DE TERRAS,
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Presidente:
Vice-Presidente:
Membros:

Augustinho Zucchi	Duílio Genari
Irineu Colombo	Florisvaldo Fier

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Presidente:
Vice-Presidente:
Membros:

Cesar Seleme	Irondi Pugliesi
Renato Adur	Caíto Quintana
Ângelo Vanhoni	Irineu Colombo
Élio Lino Rusch	Plauto Miró Guimarães
Edno Guimarães	Walmor Trentini
Ricardo Chab	Jocelito Canto
Luiz C. Alborghetti	Eduardo Trevisan

Secretária: Mirian Ribeiro Percinotto - Ramal 450

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Presidente:
Vice-Presidente:
Membros:

Augustinho Zucchi	Duílio Genari
Florisvaldo Fier	Péricles Mello
Cleiton Kielse	Orlando Pessuti
Basílio Zanusso	Reny Borsato
Luiz Accorsi	Antonio Belinati
Jocelito Canto	Edson Silva Lino
Eduardo Trevisan	Marquinhos Alves

Secretário: Osmar Prestes - Ramal 203

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Presidente:
Vice-Presidente:
Membros:

Cesar Seleme	Augustinho Zucchi
Orlando Pessuti	Luiz Cláudio Romanelli
Péricles Mello	Emerson Nerone
Plauto M. Guimarães	Basílio Zanusso
Walmor Trentini	Miltinho Puppio
Sergio Spada	Albanor Gomes
Nelson Justus	Eduardo Trevisan

Secretário: Severo Olímpio Sotto Maior Ramal: 269

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Presidente:
Vice-Presidente:
Membros:

Duílio Genari	Irondi Pugliesi
Florisvaldo Fier	Emerson Nerone
Caíto Quintana	Nereu Moura
Élio Lino Rusch	Plauto Miró Guimarães
Valdir Rossoni	Antonio Belinati
Antonio Annibelli	Sergio Spada

Luiz C. Alborghetti Geraldo Cartário

após a sessão ordinária com a seguinte

Secretária: Regina Subtil - Ramal 203

ORDEM DO DIA:

COMISSÃO DE TURISMO

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs. 071 e 074/93, 121, 122 e 124/94.

Presidente:

Vice-Presidente:

Membros:

Ironði Pugliesi	Augustinho Zucchi
Sâmis da Silva	Nereu Moura
Ângelo Vanhoni	Irineu Colombo
Reny Borsato	Élio Lino Rusch
Nelson Tureck	Walmor Trentini
Sergio Spada	Ricardo Chat
Geraldo Cartário	Luiz C. Alborghetti

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 21 DE MARÇO DE 1996.

TRIGO, O PRIMEIRO PASSO

José Eduardo de Andrada Vieira

Ministro da Agricultura, do

Abastecimento e da Reforma Agrária

Vocês bem podem imaginar a satisfação que sinto, ao vir aqui, a meu amado Estado natal, a minha querida Cidade de Curitiba, lançar um programa da importância deste projeto de zoneamento para o trigo. É bom demais ter vocês todos, meus conterrâneos, meus aliados políticos, meus amigos, como testemunhas desta alegria e desta honra.

O Governador Jaime Lerner e o Secretário Hermas Brandão já sabem que considero o zoneamento um estágio prioritário para a fixação de uma verdadeira política agrícola no Brasil, não uma política autoritária, imposta pelo governo, do alto para baixo, sem consultar a sociedade. Mas uma política pluralista, capaz de contemplar todos os aspectos da realidade brasileira, que é múltipla e variada.

Até hoje, o Brasil nunca dispôs de uma verdadeira política agrícola. Teve, sim, políticas eventuais para safras. Essas políticas de preços mínimos terminaram por se transformar em políticas de preços máximos e não ajudaram em nada a organizar a produção primária brasileira, organização de que o País ainda precisa muito. Pois a estabilidade da economia brasileira continua dependendo da produção de alimentos a custo barato e em grandes volumes para a comida chegar à mesa do trabalhador.

Este aqui é o primeiro passo. O Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária começa seu programa prioritário de zoneamento agrícola pela safra de inverno do trigo do Paraná. Já na semana que vem, estará sendo implantado o mesmo programa no Rio Grande do Sul. Depois, virá, com certeza, a vez de Santa Catarina. Na safra de verão de arroz, feijão, soja e milho, o zoneamento atingirá todo o Centro-Sul do País.

As políticas agrícolas para o País devem ter sempre como escopo permitir ao agricultor obter ganhos efetivos de produ-

Secretário: Delora Therezinha de Carvalho
Ramal 450

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente:

Vice-Presidente:

Membros:

Ironði Pugliesi	Augustinho Zucchi
Irineu Colombo	Ângelo Vanhoni
Cleiton Kielse	Orlando Pessuti
Plauto M. Guimarães	Reny Borsato
Edno Guimarães	Algaci Túlio
Jocelito Chat	José Maria Ferreira
Marquinhos Alves	Eduardo Trevisan

Secretária: Luciane Andretta - Ramal 203

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Presidente:

Vice-Presidente:

Membros:

Duílio Genari	Cesar Seleme
Luiz Cláudio Romanelli	Caíto Quintana
Florisvaldo Fier	Péricles Mello
Élio Lino Rusch	Plauto M. Guimarães
Antonio Belinati	Valdir Rossoni
Beto Richa	Cezar Silvestri
Eduardo Trevisan	Geraldo Cartário

Secretária: Vanessa Massaro - Ramal 203

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 435/95

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs. 384 e 514/95.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 382/95.

Convoco ainda os Senhores Deputados para uma sessão extraordinária, para logo

tividade, pelo uso mais racional e mais adequado dos recursos disponíveis. Para isso, creio ser fundamental promover um amplo e completo zoneamento agrícola, com definição das vocações de cada microrregião, município e chegando até ao nível da propriedade. Até hoje, ninguém tinha pensado ainda, seriamente, no zoneamento agrícola no Brasil. Mas se trata de uma premissa básica em qualquer esforço no sentido de tornar a produção primária brasileira mais racional e efetiva.

O governo precisa, em primeiro lugar, esclarecer ao agricultor quando e como ele deve plantar que produtos, para seu próprio benefício e no interesse geral de todos. Em segundo lugar, induzi-lo no rumo certo, estimulando o plantio dos produtos adequados para a área a ser plantada e desestimulando o investimento em culturas que representem mais risco de perda e menos possibilidade de lucro para o produtor e para o País. É o que estamos começando a fazer aqui no Sul nesta safra de inverno do trigo.

Sem o zoneamento agrícola, será impossível, na prática, desenhar quaisquer políticas agrícolas de médio e longo prazos. Pois isso depende da fixação de quanto se quer produzir de cada produto e tal providência só será possível quando os técnicos dispuserem dos dados científicos para tanto. O Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária está começando a preparar aqui o zoneamento, recorrendo a um estudo técnico sobre os riscos provocados na atividade primária pelos acidentes climáticos.

Ao contrário do que se imagina, o grande vilão da agricultura brasileira não é São Pedro. O problema fundamental não é a falta nem o excesso de chuvas, mas o desconhecimento que o agricultor brasileiro tem dos períodos de estiagem e de excesso de chuvas, do preparo e do manejo do solo de forma adequada para receber a água caída do céu.

Com o projeto científico sobre as ocorrências climáticas em todo o território nacional para as culturas de trigo, mas também as de milho, arroz, soja e feijão em mãos, é possível dar o pontapé inicial no zoneamento agrícola, que agora tem início.

Já para esta safra de inverno do trigo, é possível induzir o agricultor a usar técnicas adequadas no plantio e fazer um acompanhamento orientando-o em todas as fases do financiamento, da produção e da comercialização do produto. E também usar o crédito a sua disposição nas instituições financeiras de forma mais racional.

Graças a tais providências, serão reduzidos os custos de plantio, o solo e o meio ambiente serão protegidos e também

serão criadas as condições básicas para implementar um sistema confiável de segurança agrícola, até hoje inexistente pela falta de tais condições. Com mais planejamento e menos riscos, os triticultores sulistas e os agricultores brasileiros, em geral, conseguirão melhores índices de produtividade, sendo mais fiéis à vocação agrícola de cada região. Assim, será possível realizar a vocação do Brasil inteiro para a agricultura.

Evidentemente, a previsão científica dos riscos climáticos e mesmo o zoneamento agrícola completo não são as únicas condições para obter mais produtividade no campo brasileiro. Tanto para o caso da cultura do trigo quanto para as de outros grãos, a pesquisa de melhores sementes deve ser estimulada, ao mesmo tempo e também com previsíveis resultados positivos.

Uma verdadeira política agrícola para um País da complexidade do Brasil - entendida, portanto, como a soma de várias políticas regionais, estaduais, microrregionais e até municipais - tem de ser feita passo a passo, com atenção, cuidado e competência. Não pode ser encarada como uma palavra-de-ordem política, mas, sim, como uma solução técnica para um velho problema estrutural da economia brasileira.

Do ponto de vista do campo, o desenvolvimento econômico auto-sustentado do Brasil depende de dois fatores primordiais. Cabe ao Estado garantir o primeiro deles, a igualdade de condições para a competição entre produtores, por meio de uma série de normas e atividades capazes de evitar privilégios e prejuízos de uma ou de outra parte.

Quanto ao segundo fator, a produtividade, este depende, fundamentalmente, desses produtores, com a aplicação adequada de tecnologias, o combate sem tréguas ao desperdício e o empenho em busca da qualidade do produto final.

Tenho plena consciência de que o governo sozinho pode muito pouco, mesmo contando com a parceria dos Estados e dos municípios. Essa parceria deve ser estendida aos produtores. A sociedade precisa participar. O sucesso do zoneamento agrícola, primeiro passo da caminhada na busca da política adequada para a produção primária no Brasil, depende de todos. Conto com o apoio de vocês, meus amigos e colegas agricultores do Paraná, nesta tarefa difícil, mas nunca impossível, de fazer uma agricultura mais produtiva, capaz, portanto, de aumentar a prosperidade e a justiça para todos os cidadãos brasileiros.

Muito obrigado a todos pela presença e pela atenção.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO, NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ORLANDO PESSUTI, EM SESSÃO DO DIA 21 DE MARÇO DE 1996.

"Zoneamento da Cultura do Trigo no Estado do Paraná"

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Senhor Hermas Brandão.

**ZONEAMENTO DA CULTURA DO TRIGO
NO ESTADO DO PARANÁ**

Exmo. Sr. Ministro José Eduardo de Andrade Vieira

Exmo. Sr. Governador Jaime Lerner

O mundo está mudando com grande velocidade. O modo de fazer as coisas, o modo de produzir e, o modo de vender passam por profundas modificações.

Vivemos a era do mercado globalizado, da competitividade, da eficiência, da qualidade do produto. Vivemos a era da informação e da tecnologia.

Também nós, que trabalhamos com os problemas do campo, precisamos estar atentos para essas mudanças. Este é um desafio que se impõe a todos nós que formulamos ações públicas para a agricultura.

A triticultura do Paraná, que já mostrou sua eficiência, tem agora novas informações que, sem dúvida, são um marco na agricultura do nosso Estado: O Zoneamento. Um passo fundamental para produzir de acordo com as exigências de um mercado cada vez mais competitivo. Para oferecer este zoneamento do trigo à comunidade paranaense, os pesquisadores do IAPAR e EMBRAPA acumularam durante mais de 20 anos informações detalhadas sobre clima e solos do Estado, e conduziram inúmeros trabalhos de experimentação em campo. Num ousado programa de melhoramento genético, criaram dezenas de variedades de trigo, plenamente adaptadas às condições do solo e clima do Paraná, às exigências dos nossos produtores e também das indústrias.

Todo este trabalho para que o agricultor disponha de dados técnicos seguros para o plantio e condução da sua lavoura, correndo o menor risco possível. Sem o aumento do uso de insumos e outras despesas, vamos obter um aumento significativo de produtividade.

A delimitação - em bases científicas - das áreas e épocas de plantio mais aptas para a cultura, fornece elementos para a formulação segura de políticas de crédito e incentivo à produção.

Estes dados permitirão que o Ministério da Agricultura, EMBRAPA e IAPAR possam formular o zoneamento para todas as demais culturas de importância no Estado do Para-

ná.

Com isso a agricultura paranaense será mais competitiva e poderá ter bons resultados no MERCOSUL e dentro de um mercado globalizado.

Numa segunda etapa poderemos quantificar a variação anual da produção das culturas em função do clima. Isso trará enorme segurança para o Governo, para as entidades financeiras, para a extensão rural, para as cooperativas, no momento de decidir a alocação de recursos de financiamento, fomento e de orientar os produtores no plantio das safras.

E num futuro não muito distante, chegaremos ao monitoramento contínuo do clima para as principais culturas do Estado. Isso será possível com o SIMEPAR, um projeto de parceria entre o IAPAR e a COPEL.

Esses são alguns de nossos projetos, Senhores. São projetos ousados, porque a agricultura desse Estado sempre foi ousada e de vanguarda, abrindo novas áreas, experimentando novos cultivos, construindo o futuro. E esta é a ação concreta que o Governo Jaime Lerner executa em favor do produtor. Somos os maiores produtores de grãos deste País. Uma agricultura assim só poderia ser exigente em soluções novas. E é isso que estamos trabalhando.

Muito obrigado!

Atos da Comissão Executiva:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

R E S O L V E:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA N° 027/96

conceder aposentadoria, a pedido, a MARIA DE LOURDES SANTOS, matrícula n° 561, ocupante do cargo de Oficial Legislativo "A" -NT-1, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a" da Constituição Estadual, combinado com o art. 140, incisos I e III da Lei n° 6174/70, com proventos mensais e integrais correspondentes ao seu cargo efetivo, acrescidos de gratificação inerente à simbologia 4-F; cinco (05) triênios de acordo com o art. 4° e parágrafo 1°, da Resolução n° 02/64 e Proposição número 66/84; cinco (05) quinquênios de acordo com a Lei n° 6.174/70, em seu art. 170 e parágrafo único, calculados em conformidade com a Resolução n° 7894/91 do Tribunal de Contas do Estado; cinco (05) adicionais de acordo com o art. 171 e parágrafo 1° da citada Lei n° 6.174/70 e art. 37, inciso XIV da Constituição Federal; e cem por cento (100%) de gratificação pela prestação de serviços em Regime de tempo integral e de-

dicação exclusiva, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.794/76, com nova redação dada pelo art. 6º da Lei Complementar nº 21/84 e conforme o que dispõe o Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos de inatividade conforme cálculos de fls. 10, da Coordenadoria de Relação Trabalhistas, da Diretoria de Pessoal desta Casa.

(Prot. nº 360/96).

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 028/96

conceder aposentadoria, a pedido, a MARIA ELISA PACHECO DA SILVEIRA, matrícula nº 40.071, funcionária desta Assembléia Legislativa sob Regime Jurídico Único, nos termos do art. 35, inciso III, letra "a", da Constituição Estadual, combinado com o art. 140, inciso III, da Lei nº 6.174/70, com proventos mensais correspondentes à Simbologia, DAS-5, tendo em vista seu direito adquirido antes da vigência da Lei

nº 9.937/72, acrescidos de gratificação de representação, regulamentada pelo Decreto nº 4.640/89; um (01) quinquênio de acordo com a Lei nº 6.174/70, em seu art. 170, parágrafo único, calculado em conformidade com a Proposição nº 7.894/91, do Tribunal de Contas do Estado; cem por cento (100%) de gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, de acordo com o art. 1º da Lei nº 6.794/76, com nova redação dada pelo art. 6º da Lei Complementar nº 21/84 e conforme o disposto no Decreto Legislativo nº 229/85, resultando em proventos de inatividade conforme informação de fls. 39, da Coordenadoria de Relações Trabalhistas, da Diretoria de Pessoal desta Casa.

(Prot. nº 12.930/95).

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 04.03.96.

(aa) ANIBAL KHURY - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - 1º Secretário
NELSON GARCIA - 2º Secretário